



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Evidence Previdência S.A. (Evidence) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mercado de Atuação

A Evidence, integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de previdência complementar sendo suas operações voltadas, principalmente, para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Desempenho Econômico - Financeiro

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$769 milhões (31/12/2021 - R\$759 milhões). O resultado apresentado em 31 de dezembro de 2022 foi lucro líquido de R\$11 milhões (31/12/2021 - prejuízo de R\$73 milhões) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1,9 bilhões (31/12/2021 - R\$2,0 bilhões).

Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Banco Santander (Controlador Indireto da Evidence) observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 3,0% em 2022 frente à expansão de 5,0% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou em linha com a mediana das expectativas de mercado, a despeito da revisão aléxia nos resultados anteriores da série histórica, indicando maior robustez da economia brasileira em 2022. Parece-nos que a robustez está diretamente atrelada à manutenção dos estímulos fiscais e tributários aprovados anteriormente e que foram implementados ao longo do segundo semestre do ano. Os dados de

atividade econômica divulgados ficaram aquém da nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 4,2% - porém julgamos que a frustração esteve diretamente ligada à revisão mencionada na série histórica e não à alteração na dinâmica de crescimento recente. Juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, este quadro nos levou a alterar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 2,6% anterior, projetamos atualmente crescimento de 3,0% em 2022.

No último trimestre de 2022, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,8% frente ao patamar de 7,2%

observado ao final do terceiro trimestre. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,5% determinada para 2022. O Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir do próximo ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,00% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$5,02/US\$ e R\$5,53/US\$ no quarto trimestre e encerrar o período cotada a R\$5,22/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,41/US\$ verificada no encerramento do terceiro trimestre. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$ 5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desdobramentos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		2.314.547	2.429.577
Disponível	4&14.c	88	229
Caixa e Bancos		88	229
Aplicações	5	2.283.293	2.365.205
Títulos de Renda Fixa		2.234.283	2.320.995
Cotas de Fundo de Investimento		49.010	44.210
Créditos das Operações com Previdência Complementar		119	75
Absorção a Receber		119	75
Títulos e Créditos a Receber		30.613	63.649
Títulos de Crédito a Receber		5	5
Créditos Tributários e Previdenciários	6	30.608	63.644
Outros Valores e Bens		434	419
Ativo não Circulante		439.418	408.825
Ativo Realizável a Longo Prazo		439.418	408.825
Aplicações	5	350.763	320.816
Títulos de Renda Fixa		350.763	320.816
Títulos e Créditos a Receber		88.655	88.009
Créditos Tributários e Previdenciários	6&13.a	88.388	88.009
Depósitos Judiciais e Fiscais		267	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		1.312.955	1.311.322
Contas a Pagar		16.841	17.808
Obrigações a Pagar		285	88
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.486	1.380
Impostos e Contribuições		14.596	15.817
Outras Contas a Pagar		474	523
Depósitos de Terceiros		5	21
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	8	1.295.923	1.293.350
Planos não Bloqueados		1.295.923	1.293.350
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC		1.290.919	1.288.192
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG		67	70
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL		2.619	2.229
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR		-	188
Outras Provisões		2.318	2.671
Outros Débitos		186	143
Contingências		186	143
Passivo não Circulante		672.000	768.351
Contas a Pagar		14.236	44.610
Tributos Diferidos	13.b	14.236	44.610
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	8	656.440	722.493
Planos não Bloqueados		656.440	722.493
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC		521.253	507.584
Provisão de Excedente Financeiro - PEF		2.148	4.268
Outras Provisões		133.039	210.641
Outros Débitos		1.324	1.248
Provisões Judiciais		244	168
Diversos		1.080	1.080
Patrimônio Líquido	9	769.010	758.729
Capital Social		750.000	750.000
Reservas de Lucros		25.169	87.051
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6.159)	(5.255)
Prejuízo Acumulados		(73.067)	(73.067)
Total do Patrimônio Líquido		769.010	758.729
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.753.965	2.838.402

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020		750.000	4.394	82.657
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(5.911)
Prejuízo no Período		-	-	(73.067)
Saldos em 30 de dezembro de 2021		750.000	4.394	82.657
Mutações no Exercício		750.000	4.394	82.657
Saldos em 31 de dezembro de 2021		750.000	4.394	82.657
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(904)
Absorção do Prejuízo	9.b	-	-	(73.067)
Lucro Líquido		-	-	73.067
Destinações:		-	-	11.292
Dividendos Mínimos		-	-	(107)
Reserva Legal		-	565	(565)
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	(10.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		750.000	4.959	20.210
Mutações no Exercício		-	565	(62.447)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		750.000	4.394	82.657	656	-	837.707
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(5.911)	-	(5.911)
Prejuízo no Período		-	-	-	-	(73.067)	(73.067)
Saldos em 30 de dezembro de 2021		750.000	4.394	82.657	(5.255)	(73.067)	758.729
Mutações no Exercício		750.000	4.394	82.657	(5.255)	(73.067)	758.729
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(904)	-	(904)
Absorção do Prejuízo	9.b	-	-	-	-	73.067	73.067
Lucro Líquido		-	-	-	-	11.292	11.292
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	(107)	(107)
Reserva Legal		-	565	-	-	(565)	(565)
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	10.620	-	(10.620)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		750.000	4.959	20.210	(6.159)	-	769.010
Mutações no Exercício		-	565	(62.447)	(904)	73.067	10.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Evidence Previdência S.A. (Evidence), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 14.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - C.J. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - CEP 04543-011, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. No âmbito operacional, a Evidence possui por finalidade exclusiva administrar carteira de planos de previdência complementar denominados Tradicionais e Fundos Garantidores de Benefícios (FGB), sendo certo que a referida carteira se encontra em fase de esvaziamento (runoff). A carteira FGB está encerrada para comercialização e não faz parte da estratégia da Evidence comercializar novos planos. Diante do crescente desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de FGB e minuciosa revisão de toda a Carteira, a qual foi paulatina em estudos técnicos e jurídicos, a Diretoria Executiva da Evidence aprovou plano de ação para equalização da Companhia e autorizou processo de comunicação aos clientes.
A Evidence está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 648 de 15 de novembro de 2021 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 19 de novembro de 2021 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

a) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de dezembro de 2022
Na data de preparação destas demonstrações financeiras, a seguinte norma e interpretação que possui data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2022 e ainda não foi adotada pela Evidence é:
CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em 06 de julho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivos da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2021, viabilizando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros pelo mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulatórias. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades que tem atividade preponderante de seguros uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros CPC 50 - Contratos de Seguros.

CPC 50 - Contratos de Seguros
Este normativo está em audiência pública pelo CPC, com indicação de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, com a finalidade de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento não teve aprovação da SUSEP, e seus impactos de adoção estão sendo avaliados.

b) Estimativas Contábeis
Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e ser referem, basicamente, aos seguintes fatores:
• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
• Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-g;
• Provisões técnicas relacionadas às atividades de previdência são discutidos na Nota 3-h;
• Teste de adequação do passivo (TAP) que são apresentados na Nota 3-i; e
• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-k.
As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
• Mudanças nas taxas de juros;
• Mudanças nos índices de inflação;
• Regulamentação governamental e questões fiscais;
• Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
• Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
• Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
• Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional; e
• Mudanças no comportamento da carteira no que se refere a mortalidade, sobrevivência e invalidez.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento, exceto com relação às contribuições de riscos, que são reconhecidas pelo início da vigência do risco.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Evidence.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Evidence e

simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retorno, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros da Evidence são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e provisões técnicas - previdência complementar.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo nas diversas espécies de riscos associados a ele.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso

...Continuação



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
ETTJ - Fenaprevi	769.010	11.292	758.729	(73.067)
ETTJ - Susep	771.439	13.721	756.285	(75.511)
Impacto ⁽¹⁾	2.429	2.429	(2.444)	(2.444)

⁽¹⁾ Efeito Líquido de Impostos

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis aplicadas em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 13.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL, para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	88	229	104
Total	88	229	104

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Ajuste ao Valor de Mercado no:		Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
		Valor do Custo Amortizado	Resultado			
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação		2.347.131	(117.035)	- 2.230.072		84,7%
Títulos Públicos		2.298.097	(117.035)	- 2.181.062		82,8%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	101.721	24	- 101.745		3,9%
Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽¹⁾		2.196.376	(117.059)	- 2.079.317		78,9%
Títulos Privados		49.010	-	- 49.010		1,9%
Cotas de Fundo de Investimento		49.010	-	- 49.010		1,9%
Disponíveis para Venda		414.248	-	(10.264)	403.984	15,3%
Títulos Públicos		414.248	-	(10.264)	403.984	15,3%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		352.135	-	(566)	351.569	13,3%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	100% SELIC	12.481	-	(897)	11.584	0,4%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12,70% a.a. PRE	49.632	-	(8.801)	40.831	1,6%
Total		2.761.355	(117.035)	(10.264)	2.634.056	100,0%

⁽¹⁾ Referente a NTN-B com taxa de juros contratada - % IPCA+4,55% a 6,70% a.a. e NTN-C com taxa de juros contratada % IGPM+3,81% a 9,0% a.a.

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Ajuste ao Valor de Mercado no:		Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
		Valor do Custo Amortizado	Resultado			
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação		2.323.559	(3.846)	- 2.319.713		86,4
Títulos Públicos		2.279.349	(3.846)	- 2.275.503		84,8
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	54.835	7	- 54.842		2,1
Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽¹⁾		2.224.514	(3.853)	- 2.220.661		82,7
Títulos Privados		44.210	-	- 44.210		1,6
Cotas de Fundo de Investimento		44.210	-	- 44.210		1,6
Disponíveis para Venda		375.075	-	(8.767)	366.308	13,6
Títulos Públicos		375.075	-	(8.767)	366.308	13,6
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		313.186	-	(1.732)	311.454	11,4
Letras do Tesouro Nacional - LTN	100% SELIC	11.753	-	(1.005)	10.748	0,4
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12,70% a.a. PRE	50.136	-	(6.030)	44.106	1,6
Total		2.698.634	(3.846)	(8.767)	2.686.021	100,0

⁽¹⁾ Referente a NTN-B com taxa de juros contratada - % IPCA+4,55% a 6,70% a.a. e NTN-C com taxa de juros contratada % IGPM+3,81% a 9,0% a.a.

b) Composição por Prazo de Vencimento

Ativos Financeiros	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação	49.010	74.526	87.941	13.804	2.004.791	2.230.072
Títulos Públicos	- 74.526	87.941	13.804	13.804	2.004.791	2.181.062
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	101.745
Notas do Tesouro Nacional - NTN	- 74.526	-	-	-	2.004.791	2.079.317
Títulos Privados	49.010	-	-	-	-	49.010
Cotas de Fundo de Investimento	49.010	-	-	-	-	49.010
Disponíveis para Venda	- 1.750	51.471	130.460	220.303	403.984	403.984
Títulos Públicos	- 1.750	51.471	130.460	220.303	403.984	403.984
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	351.569
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	11.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	- 1.750	-	-	-	39.081	40.831
Total	49.010	76.276	139.412	144.264	2.225.094	2.634.056

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 12)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido (Nota 12)	Saldo em 31/12/2022
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação	2.319.713	544.533	(750.619)	3.260	113.222	2.230.072
Títulos Públicos	2.275.503	392.213	(598.157)	(1.682)	113.222	2.181.062
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	54.842	302.237	(347.497)	92.147	16	101.745
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.220.661	89.939	(256.918)	(93.829)	113.206	2.079.317
Títulos Privados	44.210	152.320	(152.462)	4.942	-	49.010
Cotas de Fundo de Investimento	44.210	152.320	(152.462)	4.942	-	49.010
Disponíveis para Venda	366.308	-	(17.534)	56.707	(1.497)	403.984
Títulos Públicos	366.308	-	(17.534)	56.707	(1.497)	403.984
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	311.454	-	-	38.949	1.166	351.569
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.748	-	(17.534)	18.262	108	11.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	44.106	-	-	(504)	(2.771)	40.831
Total	2.686.021	544.496	(758.153)	59.967	111.725	2.634.056

d) Garantia das Provisões Técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de Renda Fixa	2.585.046	2.641.811
Total de Cobertura	2.585.046	2.641.811
Provisões Técnicas (Nota 8)	1.952.363	2.015.843
Total de Excedente	632.683	625.968

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Tributários (Nota 13.a)	88.388	88.009
Imposto de Renda a Compensar	17.154	53.719
Contribuição Social a Compensar	13.454	9.925
Total	118.996	151.653

7. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, bem como a Evidence também não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível cuja avaliação é de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2022, os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, que com base na opinião dos assessores jurídicos são classificados como risco de perda possível e que não estão sendo provisionados são os seguintes:

As ações de natureza fiscal totalizam em R\$11.400, o valor mais substancial está descrito no processo abaixo, e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

Compensação Não Homologada - A Evidence discute administrativamente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de R\$8.461.

8. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	Saldo em 31/12/2021	Consti-tuição	Rever-Baixa (Nota 12)	Excedente/ Financeiro (Nota 12)	Encargos Financeiros (Nota 12)	Saldo em 31/12/2022
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC	1.288.192	43.689	(198.842)	4.905	152.975	1.290.919
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	70	762	(765)	-	-	67
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	507.584	18.017	(75.581)	-	71.233	521.253
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	2.229	1.042	(819)	-	167	2.619
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	188	38	(226)	-	-	-
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	4.268	2.039	(4.159)	-	-	2.148
Provisão Complementar de Cobertura - PCC (Nota 3.i)	209.278	65.042	(142.488)	-	-	131.832
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar - PVR	2.671	11.741	(12.133)	-	39	2.318
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	1.363	74	(230)	-	-	1.207
Total	2.015.843	142.444	(435.243)	4.905	224.414	1.952.363

9. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social 31 de dezembro de 2022 e 2021, é composto por 42.819.564 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

As ações são asseguradas dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Evidence.

Em dezembro de 2020, foram destacados dividendos no valor de R\$79 (R\$0,0000018 por ação ordinária) foram destacados com base no resultado de janeiro a dezembro de 2020, pagos em 27 de maio de 2021.

No Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022 foi deliberado a absorção integral do prejuízo auferido no exercício de 2021 pelo saldo disponível na Reserva para Equalização de Dividendos e por esse motivo não houve distribuição de dividendos para o primeiro semestre findo em 2022.

Em dezembro de 2022, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$107 (R\$0,0000025 por ação ordinária) a serem submetidos a aprovação.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos, a qual será limitada à 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em organograma geral da Companhia, submetido pela Administração à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

e) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes Contábeis		
Patrimônio Líquido	769.010	758.729
Exclusão:		
Créditos Tributários - Prejuízos Fiscais	(22.945)	(38.077)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que excederam 15% do CMR	(27.103)	(11.068)
PLA (Ajustes Contábeis)	718.962	709.584

Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos

	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes do Superávit de Fluxos Prêmios/Contribuições não Registrados Apurado no TAP	94	-
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas	7.148	183
PLA (Total)	726.204	709.767

Níveis de PLA

Nível	31/12/2022	31/12/2021
Nível 1	680.622	670.721
Nível 2	7.242	183
Nível 3	38.340	38.863
Total Níveis de PLA	726.204	709.767

g) Capital Mínimo Requerido - CMR

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Base	15.000	15.000
Risco de Crédito	10.442	18.500

...Continuação



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos. No que se refere às questões regulatórias, a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos: - Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP 432 de 2021 e alterações posteriores - Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP 432 de 2021 e alterações posteriores. Os demonstrativos analíticos com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 9. **Tabela de Desenvolvimento de Sinistros**

Sinistros Ocorridos	Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros											Avisos em dezembro	
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	de 2022	Total
janeiro-2021	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	68.280
Total	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	5.690	68.280

Sinistros Pagos	Triângulo Acumulado de Pagamento de Sinistros											Avisos em dezembro	
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	de 2022	Total
janeiro-2021	2.335	2.335	2.912	2.991	2.991	2.991	2.991	2.991	2.991	3.072	3.072	3.072	34.744
Total	2.335	2.335	2.912	2.991	2.991	2.991	2.991	2.991	2.991	3.072	3.072	3.072	34.744

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Diretores Executivos
 Maria Glória Chagas Arruda
 Ramon Sanchez Diez
 Rodrigo Nunes Mercado

Diretor Executivo Responsável pelos Controles Internos

Alvaro Teófilo de Oliveira Neto

Diretora Presidente

Eunice Pereira Lima

Diretor Responsável Técnico

Rodrigo Nunes Mercado

Atuário Responsável Técnico

Jardel Marques Monti - MIBA 2664

Contador

Diego Santos Almeida - CRC N° SP 316054/ O-4

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Evidence Previdência S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Evidence Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Evidence Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia
 Atuário MIBA 1131
 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
 CIBA 48
 CNPJ: 02.668.801/0001-55
 R. Verbo Divino, nº 1400
 04719-002
 São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Evidence Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	1.952.363
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	255.600
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	255.600
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	726.204
Ajustes Econômicos do PLA	7.242
Exigência de Capital (CMR) (b)	255.600
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	470.604
Ativos Garantidores (d)	2.585.046
Total a ser Coberto (e)	1.952.363
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	632.683
4. Demonstrativo dos limites de retenção (Planos SUSEP)	31/12/2022
Coberturas de morte e invalidez de previdência	5.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de ativos financeiros classificados como nível 3 (Notas 3(e) e 5)	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses ativos financeiros. Realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Adicionalmente, efetuamos testes independentes de valorização e custódia destes ativos financeiros. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo destes ativos financeiros classificados como nível 3 são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração das provisões técnicas de previdência complementar (PMBaC, PMBC e PCC - Notas 3(h), 3(i) e 8)	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos controles relevantes relacionados ao processo de registro e reconciliação dos saldos contábeis, avaliação e aprovação das premissas e metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas durante o exercício nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, tais como pagamentos de resgates, saídas em portabilidade, atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios, entre outros. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes, bem como as principais premissas atuariais consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações das provisões técnicas no período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, e recalculamos de forma independente a PMBC. Adicionalmente, efetuamos a revisão do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação de Passivos. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas, são consistentes e estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação	Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Companhia. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

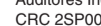
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP00160/O-5

Caio Fernandes Arantes
 Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 28/02/2023
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/EVIDENCE1567926228022023.pdf>

Hash: 1677536161d45d0d128ad348be9878fe6fec656f65